



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE À POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS NO FINAL DA DÉCADA DE 2000.

José Marcos Pinto da Cunha (IFCH/NEPO/UNICAMP) - zemarcos@nepo.unicamp.br

Demógrafo, professor livre docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia e pesquisador do Núcleo de Estudos de População, ambos da Unicamp.

Introdução:

Ao final dos anos 60, o Brasil inicia um processo acelerado e progressivo de metropolização, especialmente na região sudeste. Nesse processo, o papel da migração cumpriu papel preponderante sendo sempre citado como uma das principais causas das elevadas taxas de crescimento nas maiores aglomerações urbanas, sobretudo em função dos deslocamentos populacionais provenientes do nordeste e sul do país. Assim, essa expansão tanto física quanto demográfica das regiões metropolitanas tem sido uma grande preocupação de pesquisadores de várias áreas do conhecimento como a sociologia, geografia, urbanismo e, claro, a demografia.

Não obstante essa importância, a dinâmica metropolitana não tem sido muito explorada no que se refere à mobilidade da população, especialmente aquela que ocorre em seu interior. De fato, enquanto o papel das regiões metropolitanas é sempre destacado nos estudos sobre os processos migratórios nacionais e estaduais, pouco foi produzido sobre sua dinâmica interna no que se refere aos deslocamentos populacionais.

É bem verdade que vários estudos no Brasil já mostraram a importância da migração intrametropolitana em regiões de grande concentração demográfica como são os casos da RM de São Paulo (Cunha, 1994 and Antico, 2003), Rio de Janeiro (Lago, 2000), e Belo Horizonte (Matos, 1994 e Rigotti e Rodrigues, 1994), no entanto, considera-se que ainda muitas questões continuam em aberto, seja pela falta de dados específicos, seja por uma menor preocupação com estas questões por parte dos demógrafos.

Dessa forma, analisar o processo migratório envolvendo uma região metropolitana significa não apenas considerar as várias formas de mobilidade que esse tipo de aglomeração engendra, mas também assumir que a mobilidade espacial da população não pode ser entendida apenas como um fenômeno ligado aos condicionantes relativos ao mercado de trabalho, mas também a outros como o mercado de terras, a busca por melhores condições de infra-estrutura, amenidades etc. Além disso, outros elementos como a experiência ou conhecimento prévios sobre a região, e a disponibilidade de capital social ou, mais especificamente, redes sociais estabelecidas deveriam ser consideradas tendo em vista que estas podem influenciar a mobilidade espacial e mesmo social dos indivíduos ou famílias, especialmente aquelas de baixa renda.

Tampouco se pode ignorar outros elementos demográficos como o ciclo vital familiar e suas influência sobre as estratégias adotadas para enfrentar os problemas do dia-a-dia destas pessoas.

Utilizando dados de uma pesquisa de campo¹ especialmente desenhada para esse tipo de questão, este trabalho foi concebido para analisar os deslocamentos populacionais

dentro de uma das metrópoles brasileiras, a RM de Campinas, buscando delinear as principais características destes movimentos e, sobretudo, das pessoas que o realizam.

Nesse sentido, será dada ênfase também à influência e/ou incidência das redes sociais no processo migratório, bem como as possíveis relações entre estes aspectos e a vulnerabilidade das famílias.

I. Considerações teóricas: mobilidade espacial, redes sociais e vulnerabilidade.

As relações entre migração, ou de maneira mais ampla a mobilidade espacial da população, e a redes sociais tem sido considerada como questão relevante, sobretudo no caso da migração (Massey (1987), Tilly (1990), Boyd, 1989 entre outros). De fato, o papel das redes familiares, ou de maneira mais genérica, das redes sociais no direcionamento, incremento e manutenção dos fluxos migratórios é reconhecido como elemento importante para o entendimento do processo migratório.

No obstante tal reconhecimento, até onde se tem conhecimento, para o Brasil são escassos os estudos mais contemporâneos que tentam abordar essa relação no caso da migração interna. Por certo, a existência destas redes é fato inquestionável, assim como os seus efeitos não somente no direcionamento dos fluxos migratórios, mas, sobretudo, sobre as condições de inserção dos migrantes em seus lugares destino. Nesse sentido poder-se-ia pensar nos impactos positivos (solidariedade, informação, suporte financeiro etc.) destas relações sobre a vulnerabilidade das pessoas.

O conceito de vulnerabilidade aqui utilizado refere-se à “incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio para aproveitar-se das oportunidades , disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração.” (Kaztman, 2000: 7, tradução livre). Segundo Kaztman esta condição seria resultante de uma “defasagem ou assincronia entre os requerimentos de acesso das estruturas de oportunidades² que oferecem o mercado, o Estado e a sociedade e os ativos dos domicílios que permitiriam aproveitar estas oportunidades” (Kaztman, 2000,p.2, tradução livre).

Poder-se-ia pensar, portanto, em um agregado de condições e/ou características em várias dimensões que, acionadas em conjunto ou mesmo de maneira individualizadas, poderiam converte-se em elementos (ativos) capazes de aumentar a capacidade de respostas aos riscos propriamente ditos e, portanto, aos efeitos de ocorrências ou condições (estruturais ou conjunturais) que afetam as condições de bem-estar.

Nesse sentido, poder-se-ia pensar na mobilidade com potencial para afetar a vulnerabilidade dos indivíduos ou famílias, na medida em que essa “capacidade de mobilidade geográfica” (Kaztman, 1999a) poderia influenciar na acumulação ou mesmo perdas de ativos, entre estes, o capital social.

Por exemplo, ao considerar que a questão habitacional pode representar um dos principais problemas a serem enfrentados ao se chegar e, portanto, para se permanecer na metrópole, a mobilidade espacial poderia ser vista como uma estratégia para se tentar resolver tal dificuldade. De fato, uma vez que o espaço ocupado seria a reificação do espaço socialmente construído (Bourdieu, 2003), a mobilidade poderia contribuir para superar as limitações impostas pelo mercado de terras para segmentos sociais da população metropolitana. No entanto, também se pode pensar que a mobilidade poderia ter efeitos sobre a aquisição (ou perda) de importantes ativos, como poderiam ser as relações familiares ou, de maneira mais ampla, o capital social.

Da mesma forma pode-se pensar no contexto intraurbano em situações em que a mobilidade pode significar perdas, como é o caso da migração para a periferia que pode levar a deterioração das suas condições a partir da dificuldade de acesso e/ou pior qualidade de serviços públicos aí oferecidos, como mostram vários estudos sobre os efeitos da segregação socioespacial em metrópoles brasileiras (Marques e Torres, 2005, Marques 2005, Cunha et al. 2009, Azevedo, 2009). Nessa mesma linha, pode-se pensar no impacto da segregação socioespacial sobre a vulnerabilidade a partir da chamada “geografia de oportunidades”, enfoque que enfatiza, as conseqüência de se viver em determinados lugares em termos das limitações³ ao acesso às estrutura de oportunidades oferecidas pela região seja em termos de infra-estrutura, mercado de trabalho, políticas públicas etc. (Galster and Killen, 1995).

Deve-se lembrar ainda que a condição migratória não pode deixar de vir acompanhada da consideração do tempo de residência do indivíduo na região ou no município de destino, uma vez que este poderia favorecê-los em função não apenas do maior acúmulo de informações e capital social⁴, mas também em termos das condições habitacionais ou laborais influenciadas também pelo estágio do ciclo vital familiar e/ou do curso de vida do indivíduo. Assim, embora certamente influenciados por outras questões talvez mais importantes como a posição/condição no mercado de trabalho, o nível de qualificação profissional e/ou educacional, ou, em outros termos, pela própria posição na estrutura social, não se pode desconsiderar o papel exercido não apenas pela mobilidade, mas também pelo tempo de residência e ciclo vital sobre a vulnerabilidade destes indivíduos e suas famílias.

No caso específico da habitação Kowarick (1991) demonstra a intensa relação entre o acesso à moradia e as características pertinentes à dinâmica demográfica, particularmente os diferentes estágios do ciclo de vida familiar ou cursos de vida.

Assim, embora se deva reconhecer que a mobilidade espacial pode condicionar o grau de vulnerabilidade daqueles que a realizam, não é fácil, no entanto, precisar a exata direção desse impacto, já que este variaria segundo as características dos envolvidos, os contextos em que ocorrem tais mudanças e, claro, as condições e condicionantes que levaram a tais movimentos.

Considerando que a vulnerabilidade estaria condicionada pelos ativos disponíveis e que estes estariam dados não apenas pelos ativos físicos e financeiros, pela inserção produtiva dos indivíduos, mas também por ganhos em termos capital social, é provável que a mobilidade espacial por favorecer ganhos (e às vezes perdas) desses ativos poderia ser uma condição essencial para o enfrentamento do risco da pobreza.

II. A mobilidade populacional na RMC:

A dinâmica de formação e expansão da RM de Campinas, área composta por 19 municípios e com cerca de 2,5 milhões de habitantes, apresenta estreita semelhança com o que se verificou em outras metrópoles do país, ou seja, deu-se em função de taxas expressivas de crescimento populacional, particularmente nas décadas de 70 e 80 (Tabela 1). Tendo recebido importantes investimentos governamentais, sobretudo a partir dos 70, o crescimento econômico e demográfico de Campinas e sua região foi vertiginoso levando-a a se configurar como um dos maiores eixos de expansão industrial no interior do estado.

Tabela 1

Taxa de crescimento demográfico médio anual
Região Metropolitana de Campinas
1970/2000

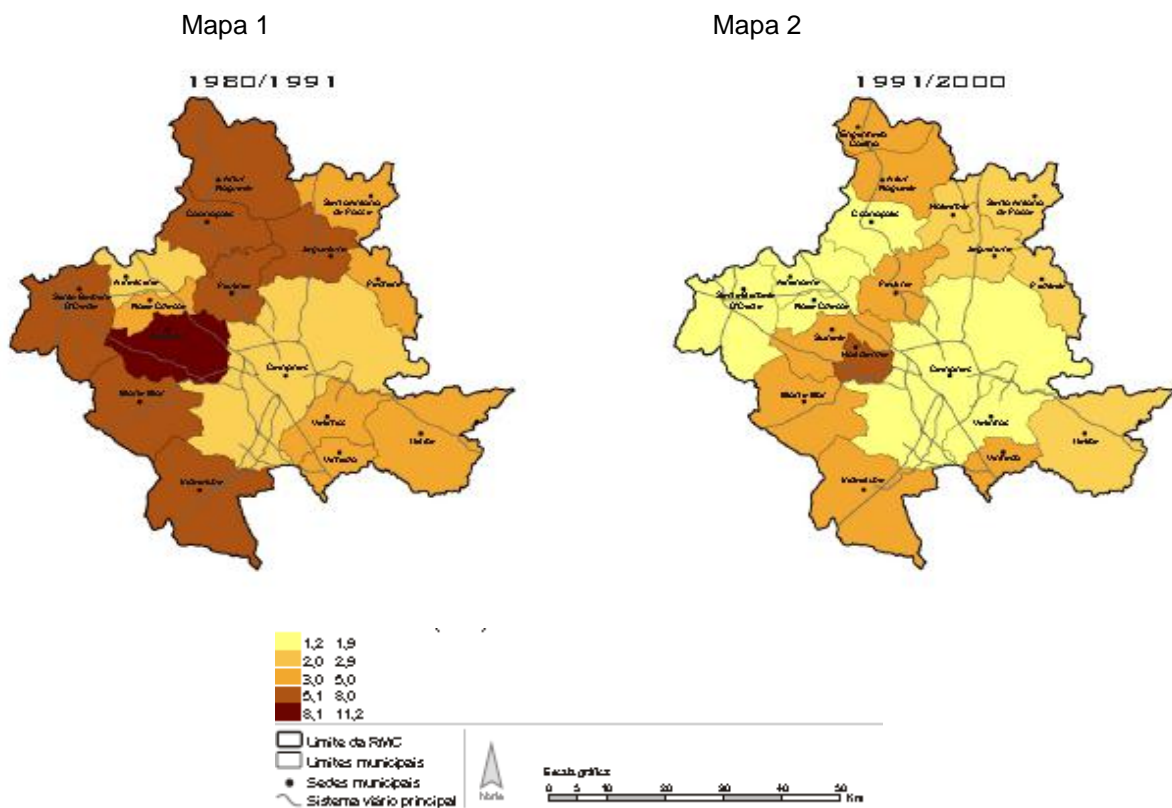
	1970/80	1980/91	1991/2000
Brasil	2,48	1,93	1,63
Estado São Paulo	3,49	2,13	1,78
RM Campinas	6,49	3,51	2,54
Campinas	5,86	2,24	1,50
Outros Municípios da RM	7,22	4,74	3,34

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Como mostrado em outro estudo (Cunha et.al., 2006), do ponto de vista demográfico-espacial, a partir desse processo de crescimento econômico assiste-se a uma

“extensão” da mancha urbana configurada como um clássico processo de periferização, especialmente para a zona oeste e sudoeste da região, assim como, em função da desconcentração das atividades industriais, a um crescimento de núcleos urbanos de outros municípios que, em alguns casos, como Americana, acabam por formar suas próprias periferias (Mapa 1 e 2).

Mapa 1 e 2
Taxa média anual de crescimento demográfico
RM de Campinas
1980/91 e 1991/2000



Fonte: NEPO/UNICAMP, Atlas sociodemográfico. Campinas, 2005

Com um crescimento demográfico tão intenso nos últimos trinta anos, não é de se estranhar que o componente migratório e seus condicionantes sejam os elementos preponderantes para se entender o processo de expansão e consolidação desta metrópole.

De fato, de acordo com os dados da pesquisa domiciliar, embora mais de 50% da população na RMC tenha nascido na região, esse número se reduz significativamente quando são considerados apenas os responsáveis por domicílios que seriam apenas 32% de naturais. Isso reforça algo já destacado, ou seja, que em função do efeito indireto da migração os dados observados para toda a população podem mascarar a real importância do fenômeno na constituição da região.

Do ponto de vista do papel da migração sobre o crescimento demográfico regional, nos anos 90, último período para o qual se tem dado confiável para tal estimativa, calcula-se que a migração respondeu por 64,7% do mesmo.

Assim, mesmo que a intensidade da migração líquida tenha sofrido uma pequena redução entre as décadas de 80 e 90 (a taxa média anual passou de 1,66%a.a para 1,61%a.a.) ainda se percebe que os volumes de ganhos populacionais cresceram de uma década para a outra na região.

No entanto, observar a migração apenas como componente do crescimento demográfico, embora fundamental para se apreender cabalmente a dinâmica demográfica regional, não é suficiente para se compreender toda sua importância e conseqüências sobre o processo de formação e expansão regional.

No que tange à “natureza”⁵ da migração registrada na região, os estudos já realizados com base nos Censos Demográficos (Cunha e Oliveira, 2001, Cunha et al. 2006) permitiram destacar ao menos duas questões importantes: a primeira diz respeito ao peso relativo da migração interestadual e intra-estadual em detrimento da intrametropolitana no total dos migrantes registrados na região; o segundo refere-se ao incremento, nos anos 90, da migração proveniente do próprio Estado de São Paulo.

Ambos os aspectos foram corroborados pelos dados do *survey* analisados nesse estudo. De fato, como se observa na Tabela 2, dos migrantes captados e que declararam residência anterior⁶, menos de 19% apresentaram residência prévia na mesma região metropolitana.

Tabela 2
Migrantes por lugar de residência anterior e tempo de residência no domicílio atual
RM de Campinas
2007

Residência anterior	Migrante Recente	Migrante Antigo	Total
RM de Campinas	18,2	19,0	18,8
RM de São Paulo	16,6	8,6	10,8
Município do Estado SP	32,2	36,3	35,2
Outros Estados	33,1	36,1	35,3
Total	100,0	100,0	100,0
Casos na amostra	(n=951)	(n=2367)	(n=3318)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007.

(*) não considera os migrantes com residência anterior ignorada.

Em contrapartida, mais de 45% destes declararam terem vindo do Estado de São Paulo (apenas da RM de São Paulo foram 10,8%) e outro 35% de fora do estado. Essa distribuição praticamente não se altera quando se considera apenas os dados relativos aos chefes dos domicílios.

A tabela 2 ainda mostra que, em termos do tempo de residência, as diferenças são pequenas muito embora os migrantes mais recentes apresentem uma maior incidência de origem da Região Metropolitana de São Paulo, fato que corrobora achados como os de Baeninger (2004), segundo os quais, na década de 90, foram importantes as transferências de migrantes daquela região metropolitana para a RMC.

Esse perfil da migração reflete um caráter peculiar da RM de Campinas⁷, onde mesmo os municípios ditos periféricos têm na migração externa um dos principais componentes de seus crescimentos. No entanto, o que mais chama a atenção é o segundo aspecto, ou seja, o predomínio da origem da migração dentro do próprio estado, fato que reflete o papel da RMC como uma das principais áreas de desconcentração não apenas econômica, mas demográfica do Estado de São Paulo.

É interessante notar ainda que mesmo considerando apenas os dados relativos aos municípios periféricos (ou seja eliminando Campinas que poderia, a princípio, interferir no peso relativo da migração intrametropolitana por ser o grande centro regional), ainda assim o peso relativo da migração intra-regional pouco se altera, passando dos 18% registrados na Tabela 2 para cerca de 24%.

Mobilidade populacional, condições socioeconômicas e demográficas

Os dados da pesquisa domiciliar mostram que a intensidade da mobilidade populacional na Região Metropolitana de Campinas é bem significativa. De fato, a média de municípios prévios declarados pelos responsáveis por domicílios da RMC é superior a 2 e a mobilidade intramunicipal é ainda mais intensa, com um média de 5 mudanças⁸. No entanto, para efeitos deste estudo é importante observar que tal mobilidade apresenta variabilidade segundo as características dos indivíduos como pode ser observado na Tabela 3. Em termos da renda per capita familiar percebe-se uma grande diferença entre aqueles mais abastados e os demais, particularmente o estrato populacional mais pobre que apresenta o menor percentual de pessoas que nunca se moveram. No entanto, estes últimos não apresentam diferenças estatisticamente significativas com relação aos chefes entre 1 e 4 salários-mínimos de renda per capita familiar. Ou seja, parece ser que o grande diferencial em termos de mobilidade intermunicipal que se observa começa a partir de um patamar muito mais elevado de renda.

Quanto à ocupação e educação se percebe que a prevalência de chefes com menor mobilidade se dá entre aqueles com ocupações não-manuais e de maior nível educacional, resultados que se mostram totalmente compatíveis com o comportamento anteriormente descrito com relação à. Ou seja, os dados deixam muito claro que a pessoas dos estratos socioeconômicos mais baixo são os que apresentam maior mobilidade, sendo que tal diferença é bem mais acentuada entre os extremos da distribuição.

Tabela 3
 Chefes de domicílios por características socioeconômicas, segundo número de municípios de residência prévia.
 RM de Campinas, 2007

Característica	Categorias	Número de municípios de residência prévia			n
		Nenhum	Um	Dois ou mais	
Renda per capita familiar (*)	Até 1 SM	18,4	44,1	37,5	(92)
	1 a 3 SM	25,9	40,3	33,7	(457)
	3 a 5 SM	25,9	38,7	35,4	(379)
	5 SM ou mais	60,2	25,8	14,1	(408)
	Total	24,8	40,9	34,3	(1336)
Ocupação (*)	Não Manual	26,1	41,4	32,4	(565)
	Manual	18,8	51,7	29,5	(496)
	Total	22,7	46,3	31,0	(1061)
Idade	Menos de 34 anos	27,2	48,8	23,9	(340)
	35 a 49 anos	23,4	47,3	29,2	(560)
	50 anos ou mais	21,9	37,6	40,5	(924)
	Total	23,2	42,4	34,3	(1824)
Escolaridade	De 0 à 3 anos	11,3	38,4	50,3	(362)
	De 4 à 7 anos	19,5	42,0	38,5	(572)
	De 8 à 10 anos	23,4	46,9	29,7	(304)
	Mais que 11 anos	33,9	43,3	22,9	(571)
	Total	23,1	42,6	34,3	(1809)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

(*) não são considerados os sem declaração

Contudo, é interessante notar que, no caso das mudanças intramunicipais, a situação descrita anteriormente se repete apenas no caso da renda e, em menor medida, da idade. De fato, tanto com relação à escolaridade, inclusive os extremos da distribuição, e ocupação os dados registram uma variação não significativa.

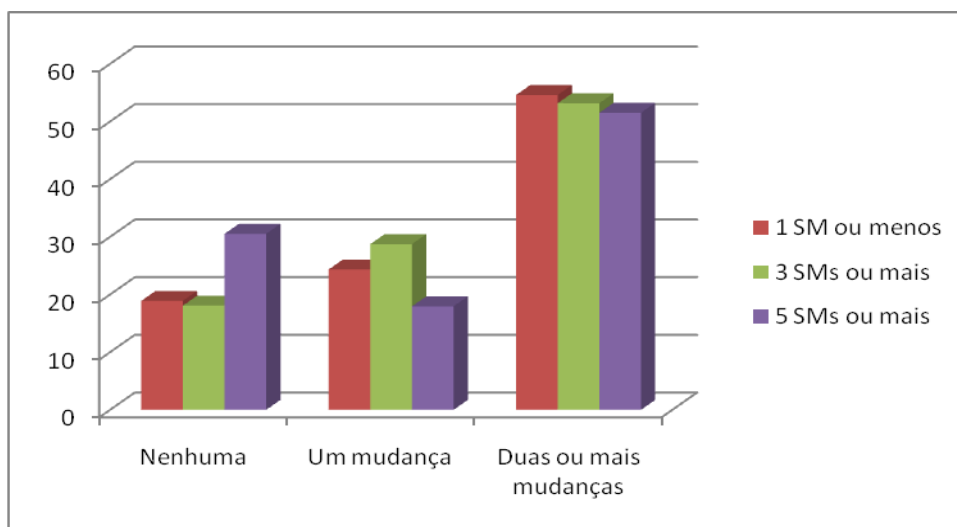
No caso da idade, percebe-se, mais uma vez, que aqueles responsáveis por domicílios mais jovens tendem concentrar-se em maior medida (23,3%) na categoria

“nenhum” movimento intramunicipal que aqueles com mais de 50 anos de idade (16,3%). No entanto, não se pode deixar de considerar que, mesmo no caso dos jovens, a imobilidade não atinge nem um quarto dos indivíduos.

No caso da renda, como mostra o gráfico 1, embora as porcentagens sejam praticamente idênticas entre ricos e pobres, é notável a diferença entre estes dois extratos de renda no que se refere à imobilidade (nenhuma mudança), uma vez que os chefes de maior renda (5 SM ou mais) apresentam ao menos 10 pontos percentuais a mais que os mais pobres.

Na verdade, a conclusão que se pode tirar destes dados é que, mesmo considerando as diferenças existentes, pode-se dizer que a mudança intramunicipal não parece ser um fenômeno específico de um determinado grupo social.

Gráfico 1
Chefes de domicílios por características socioeconômicas, segundo número de mudanças intramunicipais.
RM de Campinas, 2007.



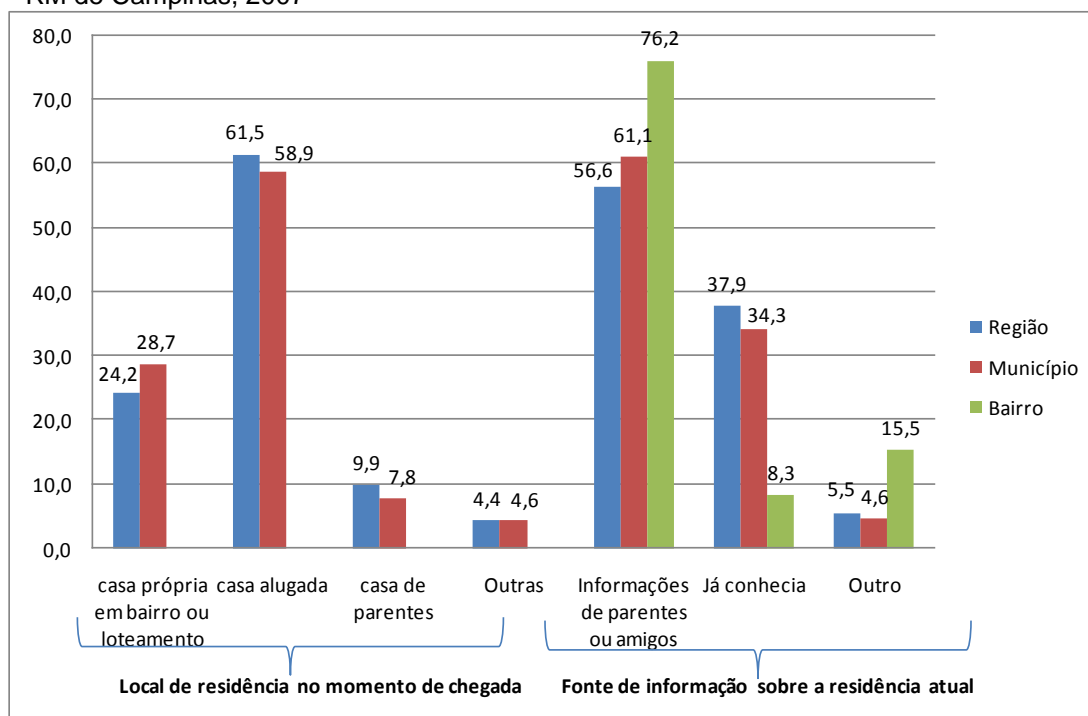
Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007.

A seção seguinte busca investigar alguns dos ativos que poderiam ser alterados ou impactados (para bem ou para mal) pela migração ou mobilidade intramunicipal, bem como os efeitos dessas modificações sobre a condição de pobreza dos responsáveis por domicílios na RMC.

III. Mobilidade e suas consequências sobre ganhos ou perdas de ativos: redes sociais e habitação

No caso da RMC, a importância das redes sociais sobre o processo migratório aparece com nuances diferentes dependendo de como observa a questão. Se por um lado, o Gráfico 2 revela que apenas uma pequena parcela dos chefes de domicílio utilizaram o recurso de residir em casa de parentes ou amigos na chegada à região, ou ao município de residência no momento da pesquisa, por outro lado, também mostra que a informação de parentes ou amigos é central para a escolha do local, principalmente em se tratando do bairro, uma vez que mais 76% dos chefes declararam ter utilizado essa fonte.

Gráfico 2
Migrantes responsáveis por domicílio por lugar onde residiram no momento da chegada à região e município de residência atual
RM de Campinas, 2007



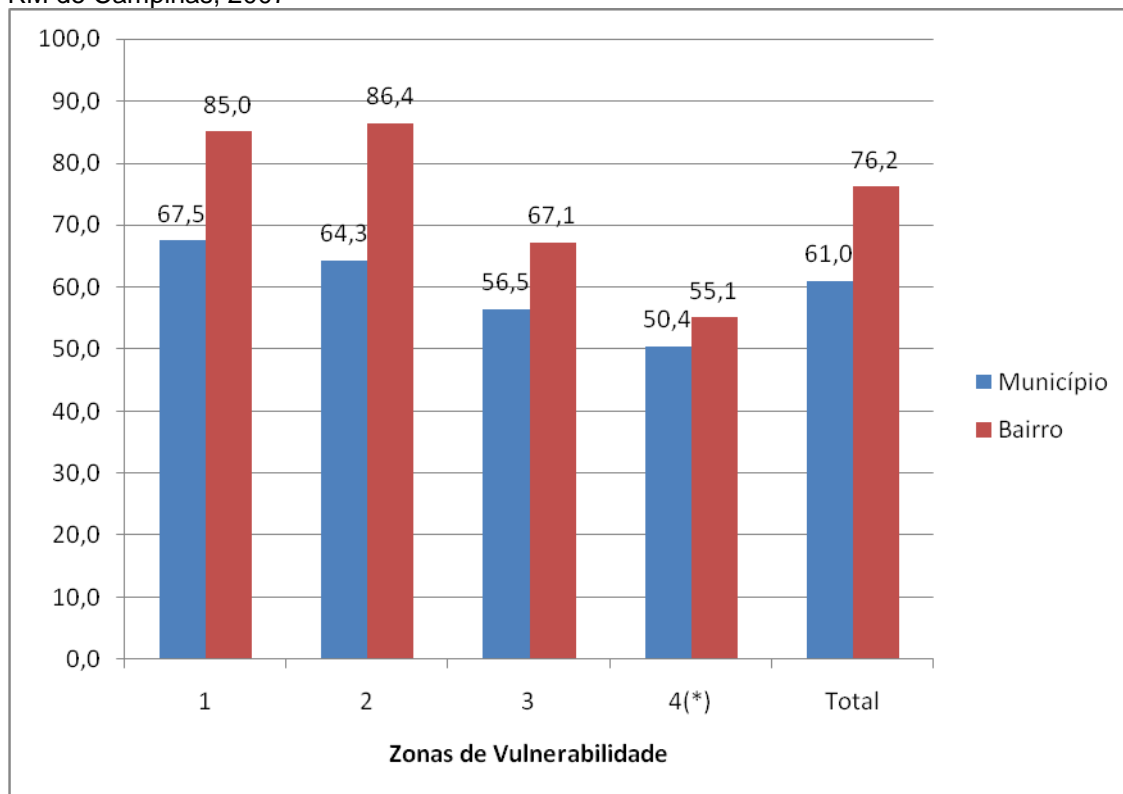
Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

Mais interessante ainda é notar que o papel das redes sociais como elemento de influência na escolha de certas localizações, tende a ser mais importante quanto mais carente e vulnerável seja a região onde se localiza o domicílio. O Gráfico 3 explicita muito bem esse comportamento ao mostrar que, nas zonas mais vulneráveis (ZV 1 e 2)⁹, o percentual de utilização destes mecanismos é muito mais freqüente, particularmente no caso das da mobilidade intramunicipal; de fato enquanto mais de 85% dos residentes nas ZV1 e ZV2 obtiveram informações sobre os bairros onde residem a partir desse canal,

apenas 55% daqueles que vivem na ZV4 utilizaram o mesmo recurso. Nesse caso particular outros mecanismos como, por exemplo, anúncios na mídia, folhetos publicitários ou corretores de imóveis (que alcançam mais de 23% do residentes nestas áreas) ganham significativa importância.

Gráfico3

Responsáveis por domicílios que realizaram mudança de município ou de bairro que utilizaram como fonte informação parente e/ou amigos, segundo Zonas de Vulnerabilidade RM de Campinas, 2007



Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

No entanto, o fato de contar com informações provenientes de familiares ou amigos não garante ao indivíduo ou à sua família que, depois da mudança, possa transformar tais relações em ativos efetivos para enfrentarem as dificuldades ou necessidades que por ventura venham a ter. Nesse sentido o *survey* buscou investigar alguns impactos que tais deslocamentos tiveram sobre a vida destas pessoas. Visando não alongar essa discussão, destacam-se aqui apenas dois aspectos: as relações com familiares e com a vizinhança.

A investigação sobre o impacto da mudança de municípios sobre as relações com parentes ou vizinhos mostra que, para mais de 56% dos responsáveis por domicílio, estas aumentaram no caso de parentes e, em quase 48% dos casos, a melhoria foi citada especificamente com relação aos vizinhos. É interessante notar ainda que existe uma significativa diferença entre os ganhos em relação à ajuda de parentes e vizinhos entre

migrantes intrametropolitanos e externos, sendo que a migração para os primeiros implicou, aparentemente, em menores retornos em termos das relações de parentesco e vizinhança.

Tabela 4
Migrantes por lugar de residência anterior (*) segundo impacto da migração para o município de residência atual sobre ajuda proveniente de parentes e vizinhos
RM de Campinas, 2007

Residência anterior	Sobre a ajuda de parentes				n
	Acabaram ou diminuíram significativamente	Aumentaram	Ficaram do mesmo jeito	Não sabe dizer	
Migrante intrametropolitano	4,2	42,5	52,0	1,4	(113)
Migrante de fora da RMC	3,5	60,2	34,2	2,0	(526)
Total	3,1	56,5	36,4	4,1	(816)
	Sobre a ajuda de vizinhos				
Migrante intrametropolitano	4,3	39,8	54,6	1,3	(113)
Migrante de fora da RMC	2,2	46,2	48,6	3,1	(526)
Total	2,2	47,7	46,7	3,4	(816)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

(*) não considera os migrantes com residência anterior não declarada (20% dos casos)

Esse resultado, embora interessante do ponto de vista do impacto da migração sobre a aquisição (ou perda) de capital social, era de certa forma esperado, uma vez que a experiência prévia na metrópole parece ser importante para o acúmulo desse tipo de ativo. Além disso, os dados do *survey* dão conta que tal experiência prévia não estaria necessariamente atrelada ao tempo de residência do indivíduo já que, nesse caso, fica patente que os mais antigos são os que declaram majoritariamente terem melhorado suas relações com parentes (59%) e vizinhos (50%) em comparação com os migrantes recentes cujos percentuais se reduzem consideravelmente (46% e 38%, respectivamente). Ou seja, parece ser que ter vivido anteriormente em outro município na metrópole pode significar em ganhos de ativos importantes para se enfrentar situações adversas ou, no mínimo, adquirir meios (relações no caso) para fazê-lo.

Como já se enfatizou as mudanças domiciliares também poderiam ter impacto sobre a aquisição (ou perda) de ativos físicos como é o caso específico da habitação. De fato, como mostra a Tabela 5, no que se refere à condição de propriedade, a situação habitacional no momento da chegada era sistematicamente pior que a do momento da entrevista para todos os responsáveis.

A tabela mostra, uma vez mais, a aparente vantagem apresentada pelos migrantes intrametropolitanos, haja vista que estes revelavam uma situação bem mais favorável que os migrantes externos no momento de chegada tanto na região como no município. Se é possível considerar, como já feito anteriormente, que a experiência prévia na região ajudaria a entender essa situação, é difícil pensar em um motivo convincente para justificar o por quê do migrante intrametropolitano (na verdade apenas uma parte deles, ou seja, os que também viveram fora da região) apresentar na chegada à região um melhor situação habitacional em termos da posse da propriedade.

Em termos do tempo de residência é muito interessante constatar que o migrante recente apresenta maior proporção de proprietários que os mais antigos na chegada tanto à região como no município de destino, muito embora o percentual destes que eram proprietários do domicílio atual é muito inferior ao daqueles, resultado, aliás, coerente e esperado já que o tempo sem dúvida joga em favor do acúmulo de ativos.

Tabela 5

Migrantes responsáveis por domicílio com casa própria, classificados por tempo de residência e residência anterior, segundo condição de propriedade na chegada à região e ao município. RM de Campinas, 2007

Condição Migratória (*)	Com casa própria atualmente	Condição de propriedade			
		Própria	Alugada	Outra	n
		Na chegada à região			
Migrante intrametropolitano	74,0	46,1	43,7	10,2	(116)
Migrante de fora da RMC	73,4	28,7	56,8	14,5	(621)
Migrante recente	43,1	50,9	37,1	12,0	(129)
Migrante antigo	79,4	26,1	59,2	14,7	(785)
		Na chegada ao município			
Migrante intrametropolitano	74,0	55,7	34,9	9,4	(121)
Migrante de fora da RMC	73,4	32,4	55,3	12,3	(561)
Migrante recente	43,1	43,8	44,4	11,9	(112)
Migrante antigo	79,4	33,5	55,3	11,2	(734)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

(*) não considera os migrantes com residência anterior não declarada (20% dos casos)

Ou seja, a não ser para o migrante mais recentemente chegado à região ou município que, por sua própria condição, ainda não teve tempo de alcançar grandes avanços em termos socioeconômicos, os dados aqui analisados sugerem que a migração

teria impacto significativo sobre a melhoria habitacional, ao menos no que se refere ao um dos importantes aspectos dessa questão, ou seja, a condição de propriedade¹⁰.

IV. Mobilidade e pobreza

Considerando as linhas gerais do enfoque de AVEO (ativos, vulnerabilidade e estruturas de oportunidades) proposto por Kaztman e Filgueiras (2006) pode-se dizer que a vulnerabilidade à pobreza estaria relacionada à disponibilidade de ativos com que poderiam contar os indivíduos, famílias e domicílios.

Até aqui se tratou de mostrar que a mobilidade espacial pode contribuir para se captar ou mesmo perder alguns destes ativos podendo ser, portanto, estratégia importante na configuração destes ativos, sejam eles os mais tangíveis (como a habitação ou mesmo o trabalho) e até mesmo os intangíveis, como a relações sociais.

Assim nessa seção tratar-se-á de avaliar, a partir da formulação de um modelo logístico tendo a situação de pobreza com variável dependente¹¹, se esta estaria ou não influenciada de forma significativa pela condição migratória e pelos ganhos ou perdas de capital social. Obviamente que para tanto seria necessário controlar também a variabilidade das condições de pobreza por algumas variáveis reconhecidamente relevantes no condicionamento de tais situações, como sexo, idade, escolaridade etc.

Como no *survey* utilizado nesse estudo, somente os migrantes (tanto internos como externos) responsáveis pelos domicílios responderam perguntas que buscavam identificar a aquisição ou ação de capital social, apenas para estes foi possível avaliar os efeitos sobre a situação de pobreza de questões como a ajuda de parentes ou amigos para obtenção de dinheiro ou para cuidar das crianças e o impacto (incremento ou não) que a migração teve sobre das possibilidades de contar com a ajuda destas pessoas.

Dados não apresentados aqui mostram que os pobres parecem recorrer mais intensamente a este tipo de expediente já que, embora representem apenas 8% da população da RMC, dos que recorrem a parentes e amigos no caso da necessidade de dinheiro, estes representam 15%, sendo este percentual ainda maior quando a necessidade é o cuidado das crianças (24%). Esta situação, no entanto, não é observada no caso do impacto da migração, o que sugere que o expediente do uso, incremento e potenciais ganhos de relações sociais com a migração não seriam específicos e muito menos restritos aos mais pobres. No entanto há que se reconhecer que, considerando apenas os responsáveis pelos domicílios classificados como “pobres”, o percentual daqueles de declaram ter melhorado suas relações sociais com a migração foi bem expressivo tendo alcançado mais de 60% seja com relação a parentes ou mesmo vizinhos.

Para finalizar esta análise realiza-se uma análise multivariada onde se busca modelar a variável condição de pobreza utilizando como variáveis dependentes aquelas analisadas nas páginas precedentes. O Quadro 1 resume os resultados dos modelos¹² para a previsão das variáveis dicotômicas “pobreza absoluta (PA) e não pobreza (NP)” (1 e 4), “pobreza absoluta e relativa (PR)” (2 e 5) e “pobreza relativa e não pobreza” (3 e 6). Além disso, os modelos 4, 5 e 6 foram ajustados levando em conta apenas os responsáveis por domicílios que eram migrantes, haja vista que a maior parte das informações utilizadas nesses modelos foram recolhidas apenas para este sub-grupo.

No caso do modelo 1 (que contrapõe a situação de PA e NP) os *odds ratios* mostram que ser mais jovem (menos de 34 anos), menos escolarizado (menos de 8 anos de estudo), não ter tido rendimentos por algum período nos últimos doze meses e ser migrante recente implicava para os responsáveis de domicílios em chances bem mais elevadas de serem PA em vez de NP. Das variáveis que resultaram estatisticamente significativas no modelo a que mais chama atenção é aquela referente à irregularidade de rendimento no ano anterior o momento da pesquisa; nesse caso, a chance do chefe ser pobre aumentaria em 27 vezes no caso deste ter ficado até 6 meses sem rendimento.

No caso de modelo 2 (PA x PR) apenas duas variáveis resultam significativas: novamente a falta de rendimentos nos últimos 12 meses, que aumentaria em 3 vezes a chance de ser PA em vez PR e, desta feita, o desemprego que aumentaria em 2,4 vezes esta chance para os chefes de domicílios. Tal resultado comparado com o obtido no modelo 1 sugeriria que o desemprego (não significativo naquele modelo) teria apenas influência para diferenciar situações socioeconômicas mais próximas como seria PA e PR. Dito de outra forma, a condição de não pobreza parece não ser impactada por uma situação de desemprego, ao menos no curto prazo.

O último modelo ajustado para o total dos responsáveis pelos domicílios da RMC contrapõe a situação de pobreza relativa com a de não pobreza. Nesse caso, ser jovem, ter baixa escolaridade, não ter tido regularidade de rendimento no ano anterior e migrante antigo seriam condições que implicariam em maiores chances dos chefes estarem em situação de pobreza relativa em vez de não pobreza. Além disso, nesse modelo, pela primeira vez, aparece como significativa a variável relativa à localização do indivíduo (Zona de Vulnerabilidade), fato que estaria indicando que morar nas ZV1 e ZV2 diminuiria as chances do indivíduo ser não pobre. Mesmo considerando que seria previsível que tais regiões concentraram situações de pobreza, tal resultado ganha relevância na medida em que esta variável aparece com efeito significativo mesmo controlando as demais variáveis socioeconômicas, o que fortalece argumentos sobre o efeito do lugar onde se vive sobre a vida das pessoas.

Por último estão os modelos 4, 5 e 6 ajustados apenas para os migrantes onde se buscava captar impacto sobre distintas situações de pobreza não apenas das variáveis utilizadas nos modelos anteriores, mas também outras que remetessem ao papel das redes sociais. Infelizmente com exceção de um deles, e assim mesmo em apenas uma das variáveis com significância estatística mais reduzida é que foi possível ter alguma indicação nesse sentido.

Assim no modelo 4 (PA x NP) novamente a idade, escolaridade (nesse caso apenas para menos de 4 anos de estudo) e irregularidade de rendimentos no ano aparecem com alta significância como elementos que impacta a condição de pobreza. Também nesse caso, o menor tempo de residência aparece com uma variável relevante embora com significância estatística bem menor.

Quadro 1
Modelos logísticos tendo a variável pobreza como dependente para os responsáveis de domicílios
Região Metropolitana de Campinas, 2007.

Variáveis	Modelos ajustados					
	Para todos os responsáveis			Apenas para os migrantes		
	PA x NP	PA x PR	PR x NP	PA x NP	PA x PR	PR x NP
Modelo	1	2	3	4	5	6
Constante	0	0	0,057***	0	0	0,056**
Sexo						
Feminino	1,067	1,235	0,935	0,769	1,149	0,608
Idade						
Até 34 anos	2,174*	1,155	2,362***	4,683**	1,147	3,872**
Escolaridade						
menos de 4 anos	3,613***	1,345	3,046***	4,311**	1,757	4,472***
de 4 a 7 anos	2,135*	1,064	2,007***	1,452	0,392*	4,464***
Sem rendimento nos últimos 12 meses						
Até 6 meses	27,372***	3,727***	2,028	24,738***	4,112**	2,414
De 7 meses a 1 ano	9,526***	3,673**	2,977**	6,552**	7,265**	2,674
Condição Migratória 1						
Migrante recente	5,341***	1,313	1,613	-	-	-
Migrante antigo	1,48	0,724	1,488*	0,211*	0,544	0,596
Condição Migratória 2						
Migrante Intrametropolitano	0,866	0,836	1,307	-	-	-
Migrante externo	-	-	-	0,549	1,316	0,376**

continua

Quadro 1 (continuação)

Localização dos domicílios						
ZV1	1,00E+09	3,00E+09	11,336***	1,00E+09	1,00E+11	30,944***
ZV2	1,00E+08	6,00E+08	4,687***	9,00E+07	4,00E+10	9,238**
ZV3	1,00E+07	2,00E+08	1,659	0	205,129	1,611
Situação atual de desemprego						
Desempregado	0,615	2,430*	0,933	0,474	3,738*	1,067
Não PEA	0,509	0,522	0,767	0,684	0,374	1,085
Número de mudanças intermunicipais						
Menos de 2	-	-	-	1,616	0,954	2,150**
Relações com parentes...						
Não aumentaram	-	-	-	1,302	1,751	0,914
Relações com vizinhos...						
Não aumentaram	-	-	-	0,929	0,681	1,44
Como soube do município?						
Outros	-	-	-	0,594	1,231	0,658
Local de primeira moradia na chegada à região						
Casa parentes/amigo	-	-	-	1,183	1,092	0,988
Outros	-	-	-	4,00E+08	0,165	5,289*
Incluídos na amostra	533	333	638	196	152	228
Total da amostra	651	404	785	458	338	566
% de previsões corretas	89,7	71,5	75,1	87,8	73,7	76,3
R ² Cox Snell	0,431	0,237	0,224	0,497	0,295	0,296
R ² Nagelkerke	0,667	0,328	0,31	0,701	0,4	0,399
Teste Hosmer e Lemeshow (p-valor)	5,664	7,355	3,906	3,091	5,864	7,596
	-0,685	-0,499	-0,865	-0,929	-0,662	-0,474

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

* estatisticamente significativa ao nível de 10%. **estatisticamente significativa ao nível de 5%.

***estatisticamente significativa ao nível de 1%.

No modelo que contrapõe pobreza absoluta e pobreza relativa (modelo 5) o resultado relativo à educação não se apresenta consistente como o esperado (aponta que os mais educados - 8 anos ou mais- teriam maiores chances de serem pobres em comparação com aqueles entre 4 e 7 anos de estudo), muito embora a irregularidade de rendimentos e novamente o desemprego apareçam como relevantes para adquirir a situação de pobreza absoluta.

Finalmente no modelo 6 que considera a dicotomia pobreza absoluta x não pobres figura um conjunto importante de variáveis como significativas como idade, escolaridade, modalidade de migração, localização do domicílio, número de mudanças intermunicipais e

local de primeira moradia na região. Nesse caso vale destacar três variáveis até então não incluída em nenhum dos outros cinco modelos.

A primeira delas ligada à modalidade da migração (externa ou intrametropolitana) cujos *odds ratios* indicam que ser migrante intrametropolitana aumentaria a chance de ser PR em vez de NP. Esse resultado conflita com uma das hipóteses de partida que considerava que justamente a experiência prévia na metrópole poderia ser um fator favorável. A segunda delas diz respeito ao número de mudanças de município que, de acordo com o que se esperava, mostra que as chances de ser PR em comparação a ser NP aumentam com a menor mobilidade. Por fim a variável local de primeira moradia na região apresenta efeito significativo sobre a chance de ser PR em vez de NP no caso deste local não ser casa própria ou alugada ou de parentes e amigos. Tal resultado mesmo que observado a um nível de significância estatística menor (10%) estaria a sugerir que soluções habitacionais mais precárias¹³ no momento da chegada poderiam ter efeitos deletérios sobre a vida dos migrantes.

V. Considerações finais

A grande motivação do presente estudo foi explorar, a partir de dados de um *survey* especialmente elaborado para esse fim, elementos relativos à trajetória do indivíduo na RMC, não apenas do ponto de vista de sua mobilidade espacial prévia ou dentro da própria região, mas também em termos das motivações, características sociodemográficas e implicações dessa mobilidade sobre ganhos (ou perdas) de ativos fossem eles tangíveis, como a habitação, ou intangíveis, como as relações sociais.

Assim, foi possível mostrar que na RMC a migração externa é a que basicamente dá o tom do crescimento demográfico de seus municípios, sem que isso, no entanto, signifique que a mobilidade intrametropolitana seja desprezível. Da mesma forma, demonstrou-se que a mobilidade intramunicipal é muito intensa na região e não se restringe a um estrato social específico. Quanto às motivações percebeu-se que o trabalho (esse bem mais importante para os migrantes externos) e habitação são as principais questões que ainda motivam, de diferentes maneiras, muitos desses indivíduos.

Embora o tempo de residência (e por consequência a idade) tenha forte influência sobre o perfil migratório do indivíduo, bem como de suas motivações, as análises realizadas mostram que outros elementos também figuram como importante como a renda, escolaridade, ocupação, lugar de residência anterior etc..

Os modelos logísticos ajustados contrapondo para o total dos responsáveis por domicílios e apenas para migrantes diferentes situações de pobreza mostra primeiramente que, como se esperava, as variáveis idade e escolaridade surgem na maioria dos casos

como variáveis relevantes para prever situações de pobreza. No caso da idade ela só não aparece como relevante na previsão da condição de “pobre” em contraposição com a condição de remediado.

É também para essa dicotomia que os modelos apresentam menor número de variáveis com significância estatística sendo que a regularidade de rendimento e o desemprego parecem ser os fatores que mais fortemente agem para alterar a vulnerabilidade das pessoas em relação a entrar na condição de pobre.

No caso da condição migratória, atributo que se postulava deveria ter impacto decisivo sobre a vulnerabilidade à pobreza, esta aparece com mais força em apenas alguns dos modelos em especial aqueles dois que utilizam como variável dependente a dicotomia entre “pobres” e “não pobres”. Ou seja, a condição migratória parece ser muito mais relevante para prever situações de grande brechas sociais (“pobre” e “não pobre”; “remediado” e “não pobres”), não sendo um bom preditor para situações de maior proximidade social carências como é o caso de PA e PR.

Infelizmente não foi possível demonstrar impacto significativos das variáveis relativas a ação de capital social sobre a condição de pobreza. Seja porque, como mostrado ao longo da análise, efetivamente não se percebia diferenças entre “pobres” e “não pobres” no que se refere à existência (ou não) desses elementos, seja porque os indicadores aqui utilizado (na verdade, os disponíveis no *survey*) não tenham sido o mais adequado ou, o que talvez seja mais relevante ainda, que tais questões não sejam passíveis de serem levantadas com eficácia em pesquisas do tipo *cross-section*, a verdade é que não foi possível qualquer resultado conclusivo sobre o impacto dessas dimensão sobre a pobreza.

No entanto, não deixa de ser relevante o fato de que a análise descritiva realizada mostra que existe uma maior prática entre os pobres do uso de estratégias envolvendo a ajuda, interação ou interferências de canais relacionados as suas relações sociais sejam familiares, com amigos ou comunitárias.

Tendo em vista a grande desigualdade social existente no Brasil, bem como as constantes crises no mercado de trabalho nacional – este a grande e mais importante fontes de ativos – considera-se necessário seguir investigando mais a fundo, talvez com novos dados e metodologias de pesquisa, sobre o efetivo papel do capital social sobre a pobreza.

É bom que se frise que pensar assim não significa que se está, de maneira nenhuma, retirando do Estado – e transferindo para as famílias e comunidades - a maior responsabilidade na eliminação dessa grande chaga nacional. O que se pretende é simplesmente identificar brechas que poderiam mitigar essa questão enquanto governos (de todo o mundo), planejadores e legisladores não encarem esse problema de maneira séria e competente.

Bibliografia

- Azevedo, S.J.S. , Segregação e Oportunidades de Acesso aos Serviços Básicos de Saúde em Campinas: vulnerabilidades sociodemográficas no espaço intra-urbano. 2009. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- Bourdieu, P. Efeitos de lugar. IN: Bourdieu, P. (org.) A miséria do mundo. Petrópoles, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. *International Migration Review*, New York, v.XXIII, n. 3, 1989.
- CUNHA, J.M.P., OLIVEIRA, A. A. B. População e Espaço Intra-urbano em Campinas. In: HOGAN, D.J.; BAENINGER, R.; CUNHA, J.M.P. da; CARMO, R.L. (Org.). Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001. p.351-393.
- _____; JAKOB, A.A.E; HOGAN, D.J.; CARMO, R.L.; A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006. p.143-168.
- _____; JAKOB, A.A.E; JIMENEZ, M.A.; TRAD, I.L. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006.p.337-363.
- _____; JIMENEZ, M. A.; Segregação e acúmulo de carências: localização de pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006. p.365-398.
- _____. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, 1994. 283f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- FERES, JC, MANCERO, X, El método de las necesidades básicas insatisfechas y sus aplicaciones em America Latina, Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos, vol 7, p.17, CEPAL/ ECLAC, Santiago de Chile, 2001.
- Galster, G., Killen, S., 1995. The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. *Housing Policy Debate* 6(1), 7-43.
- Kaztman, R. ; Filgueira, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (AVEO), In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006. p.67-94.
- _____, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.75, p.171-189. dec.2001.
- _____, et al. Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay. Santiago de Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107)
- _____. (Coord.). *Activos y estructura de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Uruguay: PNUD-Uruguay e CEPAL-Oficina de Montevideo, 1999b.
- _____. *Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social*. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. (Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones). www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos.
- KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.63, 2002.
- KOWARICK (1991) Cidade e cidadania, cidadão privado e subcidadão público, São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, 5(2):2-8, p. 2-8, abr./jun.1991.
- Lago, L.C. Estruturação urbana e mobilidade espacial: uma análise das desigualdades socioespaciais na Metrôpole do Rio de Janeiro. São Paulo, 254f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo, 2000.
- MARQUES, E. Redes sociais e pobreza em São Paulo. São Paulo, 2007. Tese (livre-docência)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (org). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MASSEY, D. et al. Return to aztlán. Berkeley: University of California Press, 1987.

MATOS, R. E. S. A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região-Core. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1994.

RIGOTTI, J.I. e RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1994.

ROCHA, Sônia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, M. Mudanças na segregação espacial em Campinas e influência sobre as redes sociais de pobres urbanos. São Paulo, 2009, 119f. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SOBREIRA, D.P.; CUNHA, J.M.P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. Anais..., XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém, Pará, 2007.

TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS-MACLAUGHLIN, V. (Ed.). Immigration reconsidered: history, sociology and politics. Oxford: Oxford University Press, 1990.

TORRES, H. da G. et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. Estudos Avançados, São Paulo, v.17, n. 47, 2003.

_____. “Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo”. In: São Paulo, Estudos Avançados 17 (47), 2003.

_____; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperferiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, n.4, 2001.

Wood, Charles. Equilibrium and historical perspectives on migration. International Migration Review, vol.16, n. 2, 1982

¹ Os dados analisados nesse trabalho provêm de uma pesquisa domiciliar realizada na RM de Campinas em 1824 domicílios a partir de amostra estratificada com base na condição de vulnerabilidade destes, levando em conta, portanto, não apenas as condições socioeconômicas, mas também o acesso a redes de proteção social tanto familiar como pública (Cunha et.al.,2006).

² Segundo Kaztman e Filgueiras (2006) “as estruturas de oportunidades definem-se em termos das oportunidades de acesso a bens, serviços ou atividades que incidem sobre o bem-estar dos domicílios, seja porque os fazem usar seus próprios recursos mais facilmente, sejam porque lhes possibilitam outros, úteis para que integrem a sociedade por meios dos canais existentes” (p.72). Ainda segundo os autores esse termos “indica que rotas do bem-estar estão estreitamente vinculadas entre si, de modo que o acesso a determinados bens, serviços e oportunidades provê recursos que facilitam o acesso a outras o oportunidades” (p.72).

³ No caso da população mais abastada pode significar uma ampliação e até melhoria do acesso.

⁴ Em seu trabalho Marques mostra.... Apud Rodrigues, 2009

⁵ Entende-se aqui como “natureza” da migração a composição dos fluxos estabelecidos entre os municípios da MA e outras áreas, estejam elas fora ou dentro da região dos quais decorrem os ganhos ou perdas populacionais registradas e que, vistas de forma agregada, não dão conta da complexidade do fenômeno.

⁶ O percentual de não declaração atingiu 20% para o total dos migrantes, sendo menor para os migrantes recentes (12%). Tendo em vista o minucioso trabalho de crítica e consistência realizado com os dados, deduz-se que este considerável percentual de não resposta deveu-se à interpretação equivocada por parte dos entrevistados sobre o que seria a residência anterior, já que muitos parecem ter confundido casa como o município prévio. Esse problema também parece ter sido acentuado em função da memória dos entrevistados uma vez que para os migrantes antigos o percentual foi ainda maior, 23%.

⁷ Ao menos com relação à principal região metropolitana do País, a RM de São Paulo, onde a migração intrametropolitana atinge proporções muito mais importantes nos municípios periféricos (Cunha, 1996).

⁸ Tendo em vista a grande variância apresentada por ambas as variáveis também se calculou a mediana para o número de municípios prévios (igual a 1) e para as mudanças intramunicipais (igual a 2).

⁹ Utilizadas como instrumento fundamental para a estratificação da amostra utilizada para a realização do survey aqui considerado, a definição das ZVs, obtida a partir de análise multivariada, partiu da concepção teórica de que a situação de vulnerabilidade decorreria da ausência (ou escassez) de certos tipos de ativos que poderiam ser classificados em termos de três categorias de capitais: físico/financeiro, humano e social. As ZV foram numeradas de 1 a 4 segundo o grau decrescente de vulnerabilidade. Para maiores detalhes ver Cunha et al. 2006a.

¹⁰ Na verdade, particularmente no caso brasileiro não necessariamente a mudança para uma residência própria significa uma melhoria nas condições construtivas e ambientais da mesma. Via de regra, para a população de mais baixa renda o preço a pagar para se ter acesso à casa própria muitas vezes é ter que viver em áreas mais distantes, desprovidas de infra-estrutura e em construções mais precárias do ponto de vista estrutural. Por questões de espaço, não se aprofundará a discussão desse aspecto nesse texto.

¹¹ O indicador de pobreza aqui utilizado inclui uma medida híbrida construída a partir da combinação de “linhas de pobreza” - LP - (Rocha, 2003)¹¹, e necessidades básicas não atendidas (Feres, JC, Mancero, 2001) com a diferença que esta última dimensão foi considerada de maneira mais ampla que a proposta original de Feres e Mancero. Assim, o “NBI ampliado” (NBla) alia os dados classicamente utilizados, com número de moradores com cômodo, qualidade das paredes do domicílio, existência de água e rede de esgoto, existência de analfabetos etc. com novas informações obtidas no *survey* realizado até então não disponíveis em outros estudos no país, tais como condições do entorno do domicílio, frequência dos serviços públicos (como água, luz e coleta de lixo), condição de propriedade do domicílio etc.. Do cruzamento da LP com o NBla têm-se quatro categorias: “pobreza absoluta” (abaixo da LP e NBla), “pobreza estrutural” (acima da LP e NBla), “pobreza conjuntural” (abaixo da LP e NBSa) e “não pobre”. Neste estudo a pobreza estrutural e conjuntural serão consideradas conjuntamente na categoria “pobreza relativa”.

¹² Todos os 6 modelos ajustados resultaram adequados segundo os parâmetros utilizados (teste H-L, R² Nagelkerke e R² Cox e Snell), assim como pelo percentual de previsão correta alcançado por todos eles (superior 70%).

¹³ A categoria ‘outros’ dessa variável englobaria situações como: casa cedida, pensão, alojamento, área de ocupação. Tal agregação foi necessária por questões de representatividade estatística.